

ADEMIR CRISTOFOLINI
Advogado militante
Mestre em Ciência Jurídica pela
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
MBA em Direito Tributário pela
Fundação Getúlio Vargas – FGV
Bacharel em Direito pela Universidade Regional de Blumenau – FURB

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DO ATO COOPERATIVO

DECISÃO INÉDITA SOBRE A POSSIBILIDADE DE
COOPERAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EM SOCIEDADE
COOPERATIVA DE TRANSPORTE

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2014

Copyright © 2014 by Ademir Cristofolini

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

Produção Editorial

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Surama Cespedes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à

Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C933t

Cristofolini, Ademir

Tratamento tributário do ato cooperativo : decisão inédita sobre a possibilidade de cooperação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa de transporte/ Ademir Cristofolini. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

224 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 193-202.

ISBN 978-85-67595-88-7

1. Cooperativas – Impostos – Legislação – Brasil.
2. Cooperativismo – Legislação – Brasil. I. Título.

CDD- 343.81066

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	XIII
APRESENTAÇÃO	XVII
INTRODUÇÃO	XIX

CAPÍTULO 1

O tratamento tributário do ato cooperativo na Constituição brasileira de 1988

1.1. Escorço histórico do cooperativismo.....	1
1.1.1. Cooperativismo e sociedades cooperativas	1
1.1.2. Origem do cooperativismo mundial.....	5
1.1.2.1. Princípios cooperativistas e a Aliança Cooperativa Internacional.....	8
1.1.2.2. Precusores do cooperativismo.....	13
1.1.3. Cooperativismo no Brasil: evolução legislativa	20
1.2. O cooperativismo na Constituição brasileira de 1988	26
1.3. O ato cooperativo e seu adequado tratamento tributário: artigo 146, inciso III, alínea “c”, da Constituição de 1988.....	32
1.3.1. Ato cooperativo	32
1.3.2. Adequado tratamento tributário.....	44

CAPÍTULO 2

Aplicabilidade das normas infraconstitucionais ao ato cooperativo

2.1. Recepção pela Constituição de 1988 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971	55
2.2. A lei complementar reclamada no artigo 146, inciso III, alínea “c”, da Constituição brasileira.....	59

2.3. Tratamento tributário dispensado por algumas leis infraconstitucionais ao ato cooperativo	63
2.3.1. Contribuições sociais: PIS e Cofins	68
2.3.1.1. Análise do aspecto formal das alterações realizadas pela MP n.º 1.858-6/99: afronta ao princípio da hierarquia das leis	73
2.3.1.2. Conceito de faturamento e a inexistência deste em relação ao ato cooperativo	76
2.3.1.3. Exclusão da base de cálculo da Cofins e do PIS dos valores repassados aos cooperados em virtude dos atos cooperativos praticados	87
2.3.2. Contribuição previdenciária sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho	94
2.3.2.1. Contribuição para aposentadoria especial	101
2.3.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	104
2.3.4. Imposto de Renda – IR	109
2.3.5. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	114
2.3.6. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	119

CAPÍTULO 3

O cooperativismo como instrumento para a resolução de problemas econômico-sociais brasileiros

3.1. Importância socioeconômica do cooperativismo no contexto social brasileiro	125
3.1.1. Sociedades cooperativas agropecuárias	131
3.1.2. Sociedades cooperativas de transporte	133
3.1.2.1. A possibilidade de cooperação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa de transporte	135

3.1.2.1.1. Posição recente e inédita do CARF sobre a participação de pessoa jurídica em sociedade cooperativa – Leader Case Coopercarga	152
3.1.3. Sociedades cooperativas de crédito	159
3.1.4. Sociedades cooperativas de trabalho	160
3.1.5. Sociedades cooperativas habitacionais.....	166
3.2. Natureza jurídica das sociedades cooperativas	167
3.3. Principais características das sociedades cooperativas	169
3.3.1. Ausência de lucro e presença de fim econômico	172
3.3.2. Destinação dos resultados de atos cooperativos	174
3.3.3. Gestão democrática: cada cooperado um voto	177
3.3.4. Adesão livre e voluntária	179
3.3.5. Princípio da dupla qualidade.....	179
3.3.6. Outras características das sociedades cooperativas	181
3.4. A sociedade cooperativa no Código Civil brasileiro	182
Considerações Conclusivas	189
Referências	193